



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007599-53.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **MARIA RIOS NEPOMOCENO**  
 Requerido: **Cybelar Comércio e Indústria Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um produto junto à ré, o qual apresentou vício não sanado pela assistência técnica em trinta dias.

Almeja à restituição do valor que pagou pela mercadoria.

A manifestação de fls. 10/11 encerra o reconhecimento jurídico do pedido, de sorte que prospera a pretensão deduzida na forma do art. 269, inc. II, do Código de Processo Civil.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 99,00, a qual já foi depositada nos autos (fl. 17).

Assim, determino a expedição de mandado de levantamento da mesma pela autora, dando-se oportuna baixa definitiva nos autos digitais com as cautelas de praxe.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**